

O salão do Senado

PEDRO CALMON

Professor Emérito

Para a Câmara dos Deputados, bastou a casa existente, a Cadeia Velha, ao pé do Paço da Cidade. De lá saiu para a imolação o protomártir da Independência, Tiradentes! Para o Senado, que se inaugurou a 6 de maio de 1826, precisou-se de palácio adequado. Foi o do Conde dos Arcos, no Campo de Sant'Ana, ampliado e aformoseado por um dos engenheiros franceses de D. Pedro I, com o salão grandioso para as sessões famosas — esta mesma sala em que se situa a Congregação da Faculdade Nacional de Direito.

Aqui estamos, no lugar em que se completou a fisionomia bicameral do regime, com o caráter federativo dos Senadores pelas províncias, de 1826 por diante reunidos em face da Mesa alta, o trono imperial ao lado, bancadas em semicírculo, as galerias suspensas em meia-lua, as colunas com a fímbria de ouro que, alumadas pelo imenso lustre suspenso do teto, davam ao recinto uma gravidade eclesiástica, de capela-mor. Este é o velho Senado de Machado de Assis, em que a vitaliciedade, no Império, juntou os estadistas de superior autoridade no País, condenados, pela permanência e pela missão, a uma paz tão diferente dos barulhos parlamentares da outra Casa: a fria dignidade da Câmara perpétua! Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, referindo-se ao gelo que nela havia, chamou-lhe uma vez de Sibéria. Queria definir o degredo e o sossego de sua glacial tranqüilidade, todavia, turbada e interrompida, nas crises culminantes do sistema. O que distinguia da Câmara dos Deputados a dos Senadores, na Monarquia, era exatamente o estilo. Como os dois partidos se revezavam no poder, era necessário que no Senado convivessem liberais e conservadores, num equilíbrio que desafiava a conjuntura política, feita de Câmaras

exclusivamente oficiais: a oposição à espera do Governo, este manipulando as unanimidades passageiras.

Por isso mesmo no Senado se travavam os diálogos impostos pela situação, entre conservadores e liberais, cuja doutrina ali se apurava e confirmava. A Câmara era o cenário vulcânico; o Senado, a geleira contemplativa. Mas a vida das instituições se distribuiu habilmente por ambas as Casas, com a diferença dos costumes, no Senado calmos e conciliadores, na Câmara explosivos e altissonantes. Significativamente, o Imperador — entre a criação da presidência do Conselho, em 1847, e o fim da Monarquia, em 1889, entregou, com duas exceções apenas, a chefia do Governo a membros do Senado. Foram presidentes do Conselho: Alves Branco, Macaé, Souza e Melo, Olinda, Itaboraí, Paraná, Abaeté, Ferraz, Caxias, Furtado, Olinda, São Vicente, Rio Branco, Sinimbu, Saraiva, Paranaguá, Lafaiete, Dantas, Cotegipe, João Alfredo, Ouro Preto, todos Senadores. Somente Zacarias e Martinho Campos, em 1862 e em 1882, foram Deputados.

Era em 1831. A sete de abril, confraternizando com o povo, o Exército obteve a capitulação de D. Pedro I, que abdicou em favor do filho. Não havia Legislatura em funcionamento para eleger a Regência. Lembrou ao General Francisco de Lima e Silva o ardil de convocar, com Deputados e Senadores que estivessem no Rio, a sessão especial naquela mesma manhã, no Senado, em que se escolheu a Regência provisória, salvando nas suas linhas mestras o regime. Era para a placidez do Senado que apelavam as forças desencadeadas da desordem, nesse transe da mudança política, que liquidou o primeiro reinado, e na festiva revolução de 23 de julho de 1840, que aclamou o segundo. Bem podia no seu desespero o Governo regencial, encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, dissolver a Câmara. Mas como não atingia o Senado, para lá em tumulto se dirigiram os Deputados; e reunidos aos Senadores, sob a presidência do Marquês de Paranaguá, pediram a D. Pedro II que aceitasse desde já o trono. São os dois movimentos que abrem e encerram a experiência republicana dos nove anos, necessária à consolidação do Império, incompreensível (ou absurda) sem a maciça resistência daquele foro vitalício. Não se dissesse que não o agitava, vez por outra, a paixão facciosa. Dependia do ímpeto e da audácia dos senadores combativos, em face da maioria calada cuja velhice se rodeava de veneração e prudência. Conta-se que uma vez ia de tálburi o Presidente do Senado, Visconde de Abaeté, quando um amigo, na rua, se des-

barretou, saudando-o. O Visconde fez que não o viu. E explicou depois: de tálburi, em lugar da carruagem, o Presidente do Senado andava incógnito... Para testemunhar a lhanza dos debates, nada como o episódio da discussão de Zacarias com Cotegipe. Cheio de autoridade, gritava aquele, chefe da oposição, que o Presidente do Conselho não tinha tempo para nada. Saía do Senado, prolongava pelas noites a dentro a sua galanteria, acordava tarde... Replicou o barão: o senhor Zacarias é que aproveitava bem o seu tempo, recolhendo-se à Santa Casa da Misericórdia, de que era provedor, onde se fechava com as irmãs de caridade etc. etc. Riram-se todos. Mas no final, os dois se entenderam. Não convinha, pediu Zacarias, que homens respeitáveis entretivessem equívocos malignos. Retirava a alusão às noites perdidas do barão, e ele riscaria da sua resposta os etc. etc. De sua parte, com prazer o atendia, declarou Cotegipe; mas, contanto que ficasse a referência do adversário à sua galanteria. Dava-lhe muito prestígio! Serve a anedota para caracterizar a brandura com que se tratavam os senadores do Império. Diz-se que uma feita aconselhou o Barão de Cotegipe: — “Senhores, o nosso destino é envelhecermos juntos, tenhamos portanto toda a tolerância com os companheiros...”

Realmente, os jovens protagonistas da Independência, os atrevidos políticos da fase da Regência, os maduros árbitros da Maioridade, foram aqueles senadores silenciosos de 1889, que a 15 de novembro não puderam pronunciar-se sobre a revolta da tropa. Presidia a sessão preparatória o Conselheiro Paulino. A 20 de novembro é que se abria o período legislativo. Ficava o Senado a dois passos do Ministério da Guerra. Acabava de desfilar a coluna rebelde sob o comando triunfal de Deodoro. Que era aquilo? — perguntaram, pedindo a palavra, senadores aflitos. Impediu-os de falar o Presidente: “O Regimento proibia manifestações do Plenário. Estava-se numa passiva sessão preparatória...” E suspendeu os trabalhos, para assuntar a conjuntura. A República soprou o alto círio que dos topos do Senado do Império iluminava a cena brasileira. O outro, o novo, criado pela Constituição de 1891, reunido nas mesmas instalações (sem o trono imperial) representava, como na América do Norte, a autonomia dos Estados. Era a corte da Federação, a Casa dos senadores federais, equilibrando, como no sistema abolido, o poder deliberativo com os deputados da Nação. Em lugar da vitaliciedade monárquica, o prazo do mandato era de oito anos. Mas a eleição premiava, como no regime anterior, os veteranos, os mais velhos (35 anos, o limite mínimo de idade), os ex-governadores, os patriarcas

da política provincial, entre os quais logo repontaram os fundadores da forma republicana, deram ao Senado a categoria de Colégio máximo do poder. Avultou nessa ilustre companhia a enérgica predominância de Pinheiro Machado. Contrapôs-se-lhe a magia oratória de Rui Barbosa.

Ei-lo, no busto que domina este salão, solitário e meditativo, como se fosse o derradeiro da corte que se dissipou nas névoas da história. Machado de Assis fecha a sua reminiscência do velho Senado com a sombra do porteiro, que se esvai por uma janela. Perpetua-se o antigo Senado pela sobrevivência do homem fabuloso que até 1922 o fascinou com a voz oracular. Personifica a Instituição. É o seu supremo intérprete. Pequeninino, a cabeça grande, de mapa-mundi, como lhe chamou Menotti del Picchia, dobrando-lhe sobre o peito, de fraque cinzento, a testa escampa, os olhos fulgindo atrás da luneta de aros de ouro, tinha a estatura dos gênios (esses reduzidos heróis que cometem as epopéias) e a eloquência dos libertadores (esses arautos privilegiados da consciência humana). Ouvi-o uma vez, na Bahia, em 1919, aseteando, com os dardos da sátira, o despotismo doméstico de José Joaquim Seabra. Não cheguei, menino e moço, a escutá-lo no Senado, onde aparecia nos grandes dias, glorioso e tranqüilo, para desenvolver, com a sua dialética insuperável, os recursos da lógica e da retórica, exato, fecundo, rutilante; sem dúvida, o maior tribuno do Brasil. Unia à fertilidade do verbo o conhecimento exaustivo do Direito. Era com isso, sem a cátedra (a não ser a cadeira de senador) e sem o capelo (a não ser o fraque cinzento), o professor magnífico da mocidade. Encarnava o regime na beleza do ideal e na prodigalidade da oração: vivia para ensinar. Daí a justiça que lhe fez a Faculdade apossando-se do salão onde tanto lhe repercutiu a palavra: exigiu que aqui houvesse unicamente a sua imagem. Sem outra que a confrontasse. No auditório de sua Câmara, sem os ouropéis que a enfeitavam, mas conservada na perfeição da estrutura: o senador que ficou, depois de removido e transformado o Senado, que daqui em 1928 se mudou para o Palácio Monroe, e se estabeleceu finalmente nas brilhantes instalações de Brasília. Imaginou Renan a sentinela de pedra, a que a erupção do Vesúvio reduziu o soldado que continua guardando, pessoa feita estátua, o pórtico sagrado. Assim idealizamos Rui Barbosa. Trazendo-nos do antigo Senado o alento e a recordação, bronzeficado para a eternidade, a fronte erguida, os olhos cintilando atrás dos vidros do pince-nez, a boca quase aberta, parecendo que lhe escorre dos lábios que se movem um último pedido da palavra que tro-

veja — é o emblema da entidade imortal, esta que aqui reside, entre os muros deste recinto em que as luzes montam guarda, como no altar de Deus as velas acesas, à dignidade da pessoa humana!

Permiti que os faça desfilar, nessa tribuna em que comedidamente disseram a opinião, o parecer, o voto, os senadores do passado. A começar pelos Marqueses, Caravelas, Valença, Baependi, Abrantes, Sapucaí, Paraná, chefe austero da Conciliação; Queluz, vindo da magistratura da colônia; Inhambupe; o sócrático Marquês de Maricá, o de Santo Amaro, primeiro Presidente do Senado; irmãos na glória, Caxias e Osório; o Visconde de Cairu, humanista de sábios conceitos; o de Alcântara, o de Caeté, o de Jaguarí, o de Souza Franco, que uma feita, sozinho, enfrentou com vantagem a Câmara inteira; o esplêndido Inhomirim, na juventude panfletário célebre; Rio Branco, general das duras batalhas parlamentares; o irresistível Camaragibe, Sinimbu, um dos magos do Partido Liberal; Ouro Preto, sua figura de proa, quando a facção, como o barco dos romanos, investia de quilha aparelhada de ferro contra a esquadra inimiga...; os ínclitos Barões de Uruguaiana e de Cotegipe, este o risonho condestável das forças conservadoras; do lado oposto Zacarias, crítico inclemente do Governo; Nabuco de Araújo, com a auréola de grande legislador, audaz, sibilino, laborioso; a mestiçagem coroada de nomes afro-americanos, Francisco Gê Acaíaba de Montezuma; frio e lacônico, José Antônio Saraiva; expansivo e popular, o Senador Dantas; rejuvenescido pela luta infatigável, antigo jacobino, feito girondino do Senado monárquico, Silveira Martins; um dos maiores da grei, o velho Paulino, Visconde do Uruguai; tinha a honra de haver organizado o sistema, que em 1842 venceu a conjuração dos radicais; da outra banda Teófilo Ottoni, que, pelos inconformados alçara o estandarte da rebelião, e dominava as multidões acenando-lhes com o lenço branco; no fundo do quadro, os pais da democracia imperial: São Leopoldo, Paula Souza, Bernardo de Vasconcelos; mais próximos, o imenso Pimenta Bueno, o eloqüente José Bonifácio — o moço, Pedro Leão Veloso, Filipe Franco de Sá, Joaquim Delfino, os doutos Cândido de Oliveira e Ouro Preto, este destinado a representar na transição política o heróico papel do vencido que não se humilha... Desaparecem na penumbra das épocas os homens do regime extinto. Sucedem-se os novos, os "federais", os contemporâneos que, na República Velha, estruturaram o poder dos governadores, a harmonia das maiorias sob a batuta dos maestros excelsos da política, a maciça uniformidade governista do Senado

onde, todavia, discrepavam, impávidos e festejados, alguns líderes da oposição, os que terminaram o mandato (sem reeleição possível), fiéis aos compromissos com as situações derrubadas. Passaram uns e outros. Na realidade, passaram todos que, em 1926, se fecharam as portas do Senado, para se reabrirem — mudados os tempos e as circunstâncias — à explosão do ensino.

Grave erro foi o dos engenheiros que para renovar a Casa a despiram de suas galas e louçanias. Desapareceu a veneranda decoração que vinha da Monarquia. Mãos ímpias despojaram este salão — de tão soberbos ecos — de sua grandeza a majestade. Retirou-se-lhe o que lhe dava imponência e bizarria. Paredes nuas, janelas rasgadas sobre a rua vazia (essa rua repleta de gente e zoada nos dias ilustres da nacionalidade), pobre e deserto, este auditório das orações imperecíveis adormeceu na quietude, na tristeza, na solidão dos salões que vez por outra se franqueiam às cerimônias públicas; de ordinário cerrados e esquecidos.

É para a sua tradição que vos convido a revê-lo, senhoras e senhores, como foi outrora. Vestimo-lo com a emoção, carregamo-lo saudosamente com os seus doirados, as suas pompas e as suas riquezas, restituimo-lo à fantasia da juventude como era no tempo dos nossos avós. Ali, as pesadas cortinas brasonadas. Aqui, a mesa presidencial. Adiante, enquanto houve neste país, o trono do Imperador. Em redor, as galerias murmurantes; em baixo, as bancadas em que se refugiavam, tímidos e velinhos, os últimos das gerações que se iam apagando, nos caminhos da história. E sobre o recinto recomposto, a alma da instituição, que era a livre palavra dos oradores. Perdemos a sua ressonância. Salvamos-lhe na memória problemática a lição; a grave lição dos direitos que neste palácio continuamos a doutrinar.

A unidade dos propósitos santifica o local em que aos senadores do Império e da República se seguiram os catedráticos e os estudantes.

Dir-se-ia que nele paira o mesmo espírito.

É a névoa do tempo, que se esgarça em torno do busto perene de Rui Barbosa. Devemos parar um instante. E de ouvidos postos no discurso egrégio, escutar o que da confusão das cousas e da multiplicidade dos nomes irrompe numa toada de reza. É a prece, senão o *Te Deum*, dos direitos humanos. A mística invocação da Liberdade!